

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
 Nome: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S A
 Nire: 3330031092-4
 Protocolo: 00-2014/325362-0 - 16/09/2014
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO.

ED33000559-2/000
 DATA: 17/09/2014

Valéria G. M. Serra
 SECRETÁRIA GERAL

Nº DO PROTOCOLO (Item da Junta Comercial)
14/325362-0 16 set 2014 16:33
 JA Guia: 101302552
 1092-4 Atos: 980
 SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S A
 HASH: S14093253620T
 exigência no Junta » Calculado: 417,00 Pago: 417,00
 al da entrada DNRC » Calculado: 0,00 Pago: 0,00
 2: 00002665452 29/08/2014 301

1 - REQUERIMENTO

ILMº SR. PRESIDENTE DA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

NOME: **MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A**
 (da empresa ou do Agente Auxiliar do Comércio)

Requer a V. Sª o deferimento do seguinte ato:

Nº DE VIAS	CÓDIGO DO ATO	CÓDIGO DO EVENTO	QTDE.	DESCRIÇÃO DO ATO / EVENTO
01	980			REGISTRO ESCRITURA DE EMISSÃO DE Debêntures

(vide instruções de preenchimento e Tabela 2)

Representante Legal da Empresa / Agente Auxiliar do Comércio:

Nome: **SERGIO CARDINALI**

Assinatura: *[Assinatura]*

Telefone de contato: **2528-6280**

Local

Data

2 - USO DA JUNTA COMERCIAL

☐ DECISÃO SINGULAR

☐ DECISÃO COLEGIADA

Nome(s) Empresarial(ais) igual(ais) ou semelhante(s):

☐ SIM

☐ SIM

Processo em ordem.
 À decisão.

3.ª T.

Data

☐ NÃO

Data

Responsável

☐ NÃO

Data

Responsável

Responsável

DECISÃO SINGULAR

☐ Processo em exigência.
 (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência ☐

3ª Exigência ☐

4ª Exigência ☐

5ª Exigência ☐

☐ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Responsável

DECISÃO COLEGIADA

☐ Processo em exigência.
 (Vide despacho em folha anexa)

2ª Exigência ☐

3ª Exigência ☐

4ª Exigência ☐

5ª Exigência ☐

☒ Processo deferido. Publique-se e arquite-se.

☐ Processo indeferido. Publique-se.

Data

Vogal
 Presidente da Turma

[Assinatura]
 Vogal
 Matr.: 365-7

[Assinatura]
 Vogal
 Cândido Olivieri Carneiro de Souza
 Matr.: 397-0

OBSERVAÇÕES:

572.17/9

[Assinatura]
 Valéria G. M. Serra
 Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
 Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S A
 Nire: 33300310924
 Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
 CERTIFICADO DE DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
 Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
 Arquivamento: ED33000559-000/2



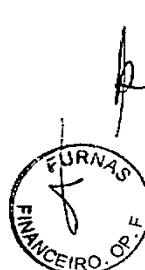
689367

03/11

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DE EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM TRÊS SÉRIES, DA
ESPÉCIE QUIROGRAFÁRIA, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA, DA PRIMEIRA EMISSÃO DE
MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A.

Celebram este "Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A." ("Escritura de Emissão"):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:
- MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A., sociedade por ações sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, nº 274, parte, Bairro Botafogo, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda ("CNPJ") sob o nº 19.699.063/0001-06, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 3330031092-4, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Companhia");
- II. como agente fiduciário, nomeado nesta Escritura de Emissão, representando a comunhão dos titulares das Debêntures da Primeira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Primeira Série"), dos titulares das Debêntures da Segunda Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Segunda Série") e dos titulares das Debêntures da Terceira Série (conforme definido abaixo) ("Debenturistas da Terceira Série") e, em conjunto com os Debenturistas da Primeira Série e os Debenturistas da Segunda Série, "Debenturistas";
- PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Av. das Américas, nº 4200 – Bloco 08 – Ala B – Salas 303 e 304, Barra da Tijuca, CEP 22640-102, inscrita no CNPJ sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"); e
- III. como fiadora, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo (e subcláusulas):
- COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, sociedade por ações com sede na Cidade de Curitiba, Estado do Paraná, na Rua Coronel Dulcídio, 800, CEP 80420-170, inscrita no CNPJ sob o nº 76.483.817/0001-20, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Paraná ("JUCEPAR") sob o NIRE 41300036535, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Copel"); e



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



IV. como interveniente-anuente:

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A., sociedade por ações de economia mista com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Real Grandeza, 219, inscrita no CNPJ sob o n.º 23.274.194/0001-19, com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro ("JUCERJA") sob o NIRE 3330009092-4, neste ato representada nos termos de seu estatuto social ("Furnas");

que resolvem celebrar esta Escritura de Emissão, de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A (i) emissão das Debêntures (conforme definidas abaixo), nos termos da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor ("Lei das Sociedades por Ações") ("Emissão"); (ii) oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação de Debêntures, nos termos da Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme atualmente em vigor ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), da Instrução CVM n.º 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme atualmente em vigor ("Instrução CVM 476"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis ("Oferta"); (iii) outorga da Fiança (conforme definida na Cláusula 6.11 abaixo); e (iv) entrega da Fiança Bancária (conforme definida na Cláusula 6.11.2 abaixo), serão realizadas com base nas deliberações:

- I. da assembleia geral extraordinária de acionistas da Companhia realizada em 10 de setembro de 2014 ("AGE da Companhia");
- II. da reunião da Diretoria da Copel realizada em 4 de setembro de 2014 ("REDIR da Copel"); e
- III. da reunião de Diretoria Executiva de Furnas realizada em 5 de agosto de 2014 ("RDE de Furnas").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão, a Oferta e a outorga da Fiança e da Fiança Bancária serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *arquivamento e publicação das atas dos atos societários*. Nos termos do artigo 62, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações:
 - (a) a ata da AGE da Companhia será arquivada na JUCERJA e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro ("DOERJ") e no jornal "O Dia";



2



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSÃO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689369

- (b) a ata da REDIR da Copel será arquivada na JUCEPAR e publicada no Diário Oficial do Paraná e no jornal "Gazeta do Povo"; e
- (c) a ata da RDE de Furnas foi arquivada na JUCERJA em 2 de setembro de 2014, sob o nº 00002666839 e publicada no DOERJ e no jornal "O Globo" em 5 de setembro de 2014.
- II. *inscrição e registro desta Escritura de Emissão.* Nos termos do artigo 62, inciso II e parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e dos artigos 129 e 130 da Lei n.º 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme atualmente em vigor, esta Escritura de Emissão e seus aditamentos serão:
- (a) inscritos na JUCERJA; e
- (b) registrados ou averbados, conforme o caso, nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de Curitiba, Estado do Paraná e da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro;
- III. *registro para distribuição.* As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição das Debêntures liquidada financeiramente por meio da CETIP;
- IV. *registro para negociação e custódia eletrônica.* Observado o disposto na Cláusula 5.4 abaixo, as Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do Módulo CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações das Debêntures liquidadas financeiramente por meio da CETIP e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- V. *registro pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro pela CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação; e
- VI. *registro da Oferta pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA").* A Oferta será registrada na ANBIMA, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", exclusivamente para fins de informar a base de dados, condicionado à expedição, até a data do encerramento da Oferta, de diretrizes do



3




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689370

Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA, nos termos do artigo 9º, §1º, do referido Código.

3. OBJETO SOCIAL DA COMPANHIA

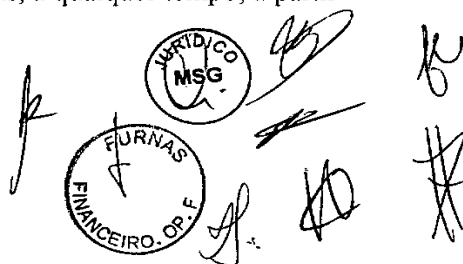
- 3.1 A Companhia tem por objeto social a implantação e exploração de empreendimento composto de instalações de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares, conforme descrito no Edital de Leilão n.º 07/2013-ANEEL-Lote A nos estados de São Paulo e Paraná, conforme a seguir: (a) LT 500kV Itatiba – Bateias, 399 km; (b) LT 500kV Araraquara 2 – Itatiba, 207 km; (c) LT 500kV Araraquara 2 – Fernão Dias, 241 km; (d) SE Santa Bárbara D'Oeste 440 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; (e) SE Itatiba 500 kV, Compensador Estático (-300, +300) Mvar; e (f) SE 500/440 kV Fernão Dias (9+1R) X 400 MVA.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos líquidos obtidos pela Companhia com a Emissão serão integralmente utilizados para investimentos na própria Companhia, por meio da compra de equipamentos e na construção de linhas de transmissão e subestações referente ao projeto correspondente ao Lote A do Leilão 007/2013, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), constituído por linhas de transmissão em 500kV, circuito simples: (i) Araraquara 2 – Itatiba, com extensão de 207 km; (ii) Araraquara 2 – Fernão Dias, com extensão de 241 km; e (iii) Itatiba – Bateias, com extensão de 399 km, bem como a construção da subestação de Fernão Dias e a ampliação das subestações de Itatiba e Santa Bárbara D'Oeste ("Projeto").

5. CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

- 5.1 *Colocação.* As Debêntures serão objeto de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476, das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis e do "Contrato de Coordenação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A." ("Contrato de Distribuição"), sob o regime de garantia firme de colocação, com relação à totalidade das Debêntures, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Coordenador Líder"), instituição integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários, tendo como público alvo investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 4º da Instrução CVM 476 ("Investidores Qualificados").
- 5.2 *Prazo de Subscrição.* Respeitado o atendimento dos requisitos a que se refere a Cláusula 2 acima, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, a partir



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689371

07/9

da data de início de distribuição da Oferta, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476.

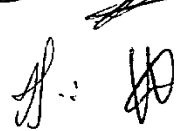
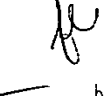
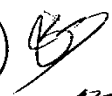
- 5.3 *Forma e Preço de Subscrição e Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em moeda corrente nacional, por meio do MDA, por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, observado que (i) as Debêntures da Primeira Série serão subscritas e integralizadas em uma única data ("Data de Integralização da Primeira Série"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal (conforme definido na Cláusula 6.4 abaixo), (ii) as Debêntures da Segunda Série serão subscritas na Data de Integralização da Primeira Série e integralizadas, em uma única data, até 12 de fevereiro de 2015 ("Data de Integralização da Segunda Série"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal; e (iii) as Debêntures da Terceira Série serão subscritas na Data de Integralização da Primeira Série e integralizadas, em uma única data, até 12 de abril de 2015 ("Data de Integralização da Terceira Série"), em moeda corrente nacional, pelo Valor Nominal.

- 5.3.1 A integralização das Debêntures da Segunda Série encontra-se sujeita ao cumprimento, cumulativo, das seguintes condições: (i) a devida constituição e registro da fiança bancária das Debêntures da Segunda Série, observada as Cláusulas 6.11.2.1 e 6.11.2.2 abaixo; e (ii) obtenção, pela Companhia, de todas as licenças prévias, emitidas por órgãos competentes, de instalação necessárias para a regular implementação do Projeto, estando tais licenças válidas e em pleno vigor, tendo sido integralmente cumpridas pela Companhia (e em relação ao Projeto) todas as condições necessárias para a sua plena eficácia. Caso essas condições não se implementem até a Data de Integralização da Segunda Série, a Companhia deverá convocar assembleia geral dos subscritores das Debêntures da Segunda Série para deliberarem, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre a prorrogação ou não da Data de Integralização da Segunda Série. Para fins de tal assembleia, o Coordenador Líder e/ou a Companhia deverão encaminhar ao Agente Fiduciário a posição dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Segunda Série com até 20 (vinte) dias corridos de antecedência da assembleia geral, juntamente com cópias dos boletins de subscrição, comprovando a titularidade e a posição de cada um dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Segunda Série. Caso, na referida assembleia geral, não haja acordo sobre a prorrogação da Data de Integralização da Segunda Série entre a Companhia e os Debenturistas da Segunda Série, a Companhia deverá, obrigatoriamente, cancelar a totalidade das Debêntures da Segunda Série emitidas, subscritas e não integralizadas.

- 5.3.2 A integralização das Debêntures da Terceira Série encontra-se sujeita ao cumprimento, cumulativo, das seguintes condições: (i) a devida constituição e registro da fiança bancária das Debêntures da Terceira Série, observada as Cláusulas 6.11.2.1 e 6.11.2.2 abaixo; (ii) obtenção, pela Companhia, de todas



5



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689372

as licenças prévias, emitidas por órgãos competentes, de instalação necessárias para a regular implementação do Projeto, estando tais licenças válidas e em pleno vigor, tendo sido integralmente cumpridas pela Companhia (e em relação ao Projeto) todas as condições necessárias para a sua plena eficácia; e (iii) integralização da totalidade das Debêntures da Segunda Série. Caso essas condições não se implementem até a Data de Integralização da Terceira Série, a Companhia deverá convocar assembleia geral dos subscritores das Debêntures da Terceira Série para deliberarem, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre a prorrogação ou não da Data de Integralização da Terceira Série. Para fins de tal assembleia, o Coordenador Líder e/ou a Companhia deverão encaminhar ao Agente Fiduciário a posição dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Terceira Série com até 20 (vinte) dias corridos de antecedência da assembleia geral, juntamente com cópias dos boletins de subscrição, comprovando a titularidade e a posição de cada um dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Terceira Série. Caso, na referida assembleia geral, não haja acordo sobre a prorrogação da Data de Integralização da Terceira Série entre a Companhia e os Debenturistas da Terceira Série, a Companhia deverá, obrigatoriamente, cancelar a totalidade das Debêntures da Terceira Série emitidas, subscritas e não integralizadas.

5.3.3 Não obstante o disposto nas Cláusula 5.3.1 e 5.3.2 acima e observada a Cláusula 6.26 abaixo, as Debêntures da Segunda Série e as Debêntures da Terceira Série subscritas e ainda não integralizadas, conforme o caso, não serão integralizadas, caso ocorra um Evento de Inadimplemento (conforme definido abaixo). Neste caso a Companhia deverá, obrigatoriamente, cancelar a totalidade das Debêntures da Segunda Série emitidas e subscritas mas ainda não integralizadas e das Debêntures da Terceira Série emitidas e subscritas mas ainda não integralizadas, conforme o caso.

5.4 *Negociação.* As Debêntures integralizadas serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do CETIP21. As Debêntures somente poderão ser negociadas entre Investidores Qualificados e depois de decorridos 90 (noventa) dias contados da data da respectiva subscrição ou aquisição, nos termos dos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Companhia, das obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476.

6. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

6.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Companhia.

6.2 *Valor Total da Emissão.* O valor total da Emissão será de até R\$469.000.000,00 (quatrocentos e sessenta e nove milhões de reais), na Data de Emissão, sendo que (i) o valor de todas as Debêntures da Primeira Série será de R\$48.000.000,00 (quarenta e oito milhões de reais), (ii) o valor de todas as



6



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689373

9
16

Debêntures da Segunda Série será de R\$250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de reais); e (iii) o valor de todas as Debêntures da Terceira Série será de R\$171.000.000,00 (cento e setenta e um milhões de reais).

- 6.3 *Quantidade.* Serão emitidas 46.900 (quarenta e seis mil e novecentas) Debêntures, observado o disposto na Cláusula 6.5 abaixo.
- 6.4 *Valor Nominal.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais), na Data de Emissão ("Valor Nominal"), observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Instrução CVM 476.
- 6.5 *Séries.* A Emissão será realizada em 3 (três) séries, sendo 4.800 (quatro mil e oitocentas) debêntures distribuídas no âmbito da primeira série ("Debêntures da Primeira Série"), 25.000 (vinte e cinco mil) debêntures distribuídas no âmbito da segunda série ("Debêntures da Segunda Série") e 17.100 (dezesete mil e cem) debêntures distribuídas no âmbito da terceira série ("Debêntures da Terceira Série" e, em conjunto com as Debêntures da Primeira Série e as Debêntures da Segunda Série, denominada simplesmente "Debêntures").
- 6.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido na Cláusula 6.7 abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 6.7 *Escriturador Mandatário.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima 3400, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 6.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com escritório na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha 100, Torre Olavo Setubal, inscrita no CNPJ sob o n.º 60.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").
- 6.9 *Conversibilidade.* As Debêntures não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia.
- 6.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie quirografária, nos termos do artigo 58 da Lei das Sociedades por Ações, sem preferência, com garantia fidejussória, nos termos da Cláusula 6.11 abaixo.
- 6.11 *Garantias Fidejussórias.*



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689374

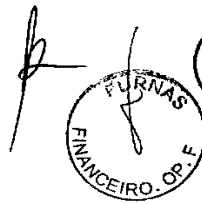
10
9

6.11.1 *Fiança da Copel.* A Copel, neste ato, obriga-se, solidariamente com a Companhia, na proporção descrita abaixo, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 834, 835, 837, 838 e 839 da Lei n.º 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme atualmente em vigor ("Código Civil"), e dos artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973, conforme atualmente em vigor ("Código de Processo Civil"), pelo pagamento do equivalente a 50,10% (cinquenta inteiros e dez centésimos por cento) de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança").

6.11.1.1 A Copel desde já reconhece que a Fiança é prestada por prazo determinado, encerrando-se este prazo na data de quitação integral de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, não sendo aplicável, portanto, o artigo 835 do Código Civil.

6.11.1.2 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão. Sujeita à limitação prevista na Cláusula 6.11.1 acima, a Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva quitação de todas as obrigações garantidas, sendo certo que a não execução da Fiança por parte do Agente Fiduciário não ensejará, em qualquer hipótese, perda do direito de execução da Fiança pelos Debenturistas.

6.11.1.3 A Fiança entrará em vigor na data de celebração desta Escritura de Emissão e permanecerá válida até, observado o disposto na Cláusula 6.11.1 acima (e subcláusulas), o pagamento integral de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios, devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689375

salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou desta Escritura de Emissão.

6.11.1.4 A Copel, desde já, concorda e se obriga a (i) aguardar a integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, antes de tomar qualquer medida no sentido de exigir e/ou demandar a Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão; e (ii) caso receba qualquer valor da Companhia em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão antes da integral quitação de todos os valores devidos aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, repassar, no prazo de 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.

6.11.2 *Fiança Bancária.* Adicionalmente à Fiança e como garantia pelo pagamento de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas da Primeira Série, pelos Debenturistas da Segunda Série e pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das respectivas Debêntures e desta Escritura de Emissão, na Data de Integralização da Primeira Série, na Data de Integralização da Segunda Série e na Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, Furnas obriga-se a contratar fiança bancária com uma ou mais instituição(ões) financeira(s) de primeira linha, tendo como beneficiário os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, representados pelo Agente Fiduciário ("Contratos de Fiança Bancária"), garantindo o pagamento ao equivalente à 49,90% (quarenta e nove inteiros e noventa centésimos por cento) de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas da Primeira Série, pelos Debenturistas da Segunda Série e pelos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

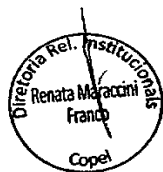


689376

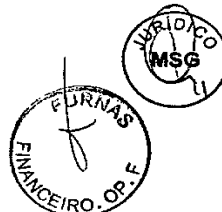
salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das respectivas Debêntures e desta Escritura de Emissão ("Fiança Bancária").

6.11.2.1 A Fiança Bancária deverá ser contratada por série, sendo que a Fiança Bancária das Debêntures da Primeira Série será contratada com até 5 (cinco) Dias Úteis de antecedência da subscrição e integralização das Debêntures da Primeira Série. As Fianças Bancárias das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série deverão ser nos mesmos termos e condições da Fiança Bancária das Debêntures da Primeira Série, sendo que (i) à(s) instituição(ões) financeira(s) deve(m) ser aprovadas, em assembleia geral, por Debenturistas subscritores das Debêntures da Segunda Série ou por Debenturistas subscritores das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, sendo certo que o Coordenador Líder e/ou a Companhia deverão encaminhar ao Agente Fiduciário a posição dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Segunda Série e dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, com até 20 (vinte) dias corridos de antecedência de cada assembleia geral, juntamente com cópias dos boletins de subscrição, comprovando a titularidade e a posição de cada um dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Segunda Série e dos Debenturistas subscritores das Debêntures da Terceira Série, e (ii) sua contratação é condição para a integralização das Debêntures da Segunda Série e para a integralização das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, observada a Cláusula 6.11.2.2 abaixo.

6.11.2.2 Não obstante o disposto na Cláusula 6.11.2 acima, fica autorizada, desde já, pelos Debenturistas, a substituição, a qualquer tempo e a exclusivo critério da Companhia, da Fiança Bancária por fiança a ser prestada por Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, sociedade por ações de economia mista com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, com escritório na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Avenida Presidente Vargas, n.º 409, 13º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 00.001.180/0001-26 ("Eletrobras"), no limite de 49,90% (quarenta e nove inteiros e noventa centésimos por cento) de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, incluindo Encargos Moratórios (conforme definido na Cláusula 6.23 abaixo), devidos pela Companhia nos termos das Debêntures e desta Escritura de Emissão, bem como todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão. Não obstante, a substituição aqui prevista somente será realizada caso a Eletrobras cumpra todas as obrigações e se submeta aos termos e condições previstos nesta Escritura de Emissão aplicáveis à Copel, bem como a fiança prestada pela Eletrobras deverá estar sujeita às disposições e cumprir as condições aplicáveis à Fiança. Para tanto, independentemente da realização



10



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

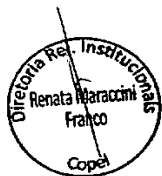


689377

3
1/4

de assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, de assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série e de assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, o Agente Fiduciário, a Companhia, Furnas, Copel e a Eletrobras, conforme aplicável, deverão praticar todos os atos, às expensas da Companhia, incluindo a celebração de aditamentos à esta Escritura de Emissão, de forma a fazer constar a Eletrobras como fiadora de 49,90% (quarenta e nove inteiros e noventa centésimos por cento) do valor de todas as obrigações relacionadas as Debêntures e a esta Escritura de Emissão.

- 6.12 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 12 de setembro de 2014 ("Data de Emissão").
- 6.13 *Prazo e Data de Vencimento.* Ressalvadas as hipóteses de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 18 (dezoito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 12 de março de 2016 ("Data de Vencimento").
- 6.14 *Pagamento do Valor Nominal.* Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, o Valor Nominal das Debêntures será pago em 1 (uma) única parcela na Data de Vencimento.
- 6.15 *Remuneração.* A remuneração de cada uma das Debêntures será a seguinte:
- I. *atualização monetária:* o Valor Nominal de cada uma das Debêntures não será atualizado monetariamente; e
 - II. *juros remuneratórios:* sobre o saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra-grupo", expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) ("Taxa DI"), acrescida de sobretaxa de 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis ("Sobretaxa", e, em conjunto com a Taxa DI, "Remuneração"), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou



11



11

FURNAS

Superintendência Jurídica

11

FURNAS

Superintendência Jurídica

FURNAS

Superintendência Jurídica

FURNAS

Superintendência Jurídica

FURNAS

Superintendência Jurídica

FURNAS

Superintendência Jurídica

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689378

14

a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento. Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de resgate antecipado das Debêntures e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga semestralmente a partir da Data de Emissão, no dia 12 (doze) dos meses de março e setembro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 12 de março de 2015 e o último, na Data de Vencimento. A Remuneração será calculada de acordo com a seguinte fórmula, que seguirá os critérios de cálculo do "Caderno de Fórmulas de Debêntures – CETIP21", o qual está disponível para consulta na página da CETIP na Internet (<http://www.cetip.com.br>):

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

Sendo que:

J = valor unitário da Remuneração devida em cada data de pagamento de Remuneração, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* (Sobretaxa), calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorJuros = FatorDI \times FatorSpread$$

Sendo que:

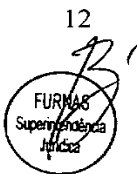
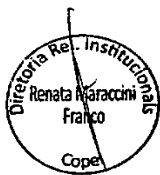
Fator DI = produtório das Taxas DI Over, desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

Sendo que:

n = número total de Taxas DI-Over, consideradas na apuração do produtório, sendo "n" um número inteiro;

k = número de ordem das Taxas DI Over, variando de "1" até "n";



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689379

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

Sendo que:

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem "k", divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$FatorSpread = \left\{ \left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right\}$$

Sendo que:

$spread = 1,6500$; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo "n" um número inteiro.

Observações:

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento.

Efetua-se o produtório dos fatores $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

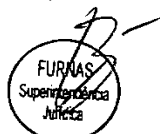
Estando os fatores acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento.

O fator resultante da expressão (Fator DI x FatorSpread) deve ser considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento.

6.15.1 Observado o disposto na Cláusula 6.15.2 abaixo, se, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta



13



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689380

16
4

Escritura de Emissão, a Taxa DI não estiver disponível, será utilizado, em sua substituição, a última Taxa DI divulgada oficialmente até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades entre a Companhia, a Copel, a Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) e/ou os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

6.15.2 Na hipótese de extinção, limitação e/ou não divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou no caso de impossibilidade de aplicação da Taxa DI às Debêntures por proibição legal ou judicial, o Agente Fiduciário deverá, no prazo de até 5 (cinco) dias contados da data de término do prazo de 10 (dez) dias consecutivos ou da data de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por proibição legal ou judicial, conforme o caso, convocar assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, de assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série e de assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série para deliberarem, em comum acordo com a Companhia e observada a regulamentação aplicável, sobre o novo parâmetro de remuneração das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, respectivamente, a ser aplicado em cada uma das séries, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro de remuneração das Debêntures, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, a última Taxa DI divulgada oficialmente, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Companhia, a Copel, a Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) e/ou os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures. Caso a Taxa DI volte a ser divulgada antes da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima, referida assembleia geral de Debenturistas não será realizada, e a Taxa DI, a partir da data de sua divulgação, passará a ser novamente utilizada para o cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão. Caso, nas assembleias gerais de Debenturistas previstas acima, não haja acordo sobre a nova remuneração das Debêntures entre a Companhia e Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação e 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, a Companhia se obriga, desde já, a resgatar a totalidade das Debêntures da respectiva série em circulação, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas, penalidades ou prêmios de qualquer natureza, com seu consequente cancelamento, no prazo de 30 (trinta)



14


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689381

17

dias contados da data da realização da assembleia geral de Debenturistas prevista acima ou na Data de Vencimento, o que ocorrer primeiro, pelo saldo devedor do Valor Nominal de cada uma das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, caso em que, quando do cálculo de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão, será utilizado, para apuração da Taxa DI, a última Taxa DI divulgada oficialmente.

6.15.3 A Copel, desde já, concorda com o disposto nas Cláusulas 6.15.1 e 6.15.2 acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Companhia e à Copel, nos termos da Cláusula 6.11 acima (e subcláusulas), de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. A Copel, desde já, concorda e se obriga a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto na Cláusula 6.15.2 acima.

6.16 *Repactuação Programada.* Não haverá repactuação programada.

6.17 *Resgate Antecipado Facultativo.* Sujeito ao atendimento das condições abaixo, a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar, a qualquer tempo a partir da Data de Emissão, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante, e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do evento, o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures em circulação, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido de prêmio *flat*, incidente sobre o valor do resgate (sendo que o valor do resgate significa o saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento), correspondente a ("Prêmio"):



15



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

Data	Prêmio	Data	Prêmio
Data de Emissão até 12 de outubro de 2014 (inclusive)	0,40%	13 de junho de 2015 até 12 de julho de 2015 (inclusive)	0,22%
13 de outubro de 2014 até 12 de novembro de 2014 (inclusive)	0,38%	13 de julho de 2015 até 12 de agosto de 2015 (inclusive)	0,21%
13 de novembro de 2014 até 12 de dezembro de 2014 (inclusive)	0,36%	13 de agosto de 2015 até 12 de setembro de 2015 (inclusive)	0,20%
13 de dezembro de 2014 até 12 de janeiro de 2015 (inclusive)	0,34%	13 de setembro de 2015 até 12 de outubro de 2015 (inclusive)	0,18%
13 de janeiro de 2015 até 12 de fevereiro de 2015 (inclusive)	0,32%	13 de outubro de 2015 até 12 de novembro de 2015 (inclusive)	0,16%
13 de fevereiro de 2015 até 12 de março de 2015 (inclusive)	0,30%	13 de novembro de 2015 até 12 de dezembro de 2015 (inclusive)	0,14%
13 de março de 2015 até 12 de abril de 2015 (inclusive)	0,28%	13 de dezembro de 2015 até 12 de janeiro de 2016 (inclusive)	0,12%
13 de abril de 2015 até 12 de maio de 2015 (inclusive)	0,26%	13 de janeiro de 2016 até 12 de fevereiro de 2016 (inclusive)	0,11%
13 de maio de 2015 até 12 de junho de 2015 (inclusive)	0,24%	13 de fevereiro de 2016 até a Data de Vencimento (exclusive)	0,10%

6.18 **Resgate Antecipado Obrigatório.** Em caso de obtenção, pela Companhia, de qualquer espécie de financiamento de longo prazo destinado ao Projeto, a Companhia obriga-se a, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data do efetivo desembolso dos recursos relativos ao financiamento, e com aviso prévio aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 6.27 abaixo, ao Agente Fiduciário, ao Escriturador, ao Banco Liquidante, e à CETIP, de 5 (cinco) Dias Úteis da data do desembolso, a resgatar antecipadamente a totalidade (sendo vedado o resgate parcial) das Debêntures, com o consequente cancelamento de tais Debêntures, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, acrescido do Prêmio estipulado na forma da Cláusula 6.17 acima, observado o período do resgate.

6.19 **Aquisição Facultativa.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação desde que observe o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, nos artigos 13 e 15 da Instrução CVM 476 e na regulamentação aplicável da CVM. As Debêntures adquiridas pela Companhia poderão, a critério da Companhia, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures em circulação.

6.20 **Direito ao Recebimento dos Pagamentos.** Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas no encerramento do Dia Útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.



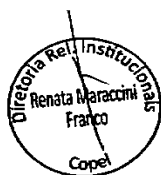
16





689383

- 6.21 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia e/ou por Copel, nos termos desta Escritura de Emissão, serão realizados (i) pela Companhia, no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal, à Remuneração, ao Prêmio e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio da CETIP; (ii) pela Companhia, nos casos em que às Debêntures não estejam custodiadas eletronicamente na CETIP, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso; ou (iii) pela Copel, em qualquer caso, por meio do Escriturador ou em sua sede, conforme o caso.
- 6.22 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos. Para os fins desta Escritura de Emissão, "Dia Útil" significa: (i) para fins de cálculo da Remuneração, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos; e (ii) para os demais fins aqui previstos, (a) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da CETIP, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos, e (b) com relação a qualquer obrigação pecuniária que não seja realizada por meio da CETIP, qualquer dia útil, conforme definição da Resolução n.º 2.932, de 28 de fevereiro de 2002, do Conselho Monetário Nacional, conforme alterada de tempos em tempos, desde que tal dia útil seja também um dia em que os bancos da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, estejam abertos para a realização de negócios bancários normais.
- 6.23 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia e pela Copel aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória de 2% (dois por cento) ("Encargos Moratórios").
- 6.24 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações



17

Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689384

pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

- 6.25 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar à Companhia e ao Banco Liquidante, no prazo mínimo de 10 (dez) Dias Úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.
- 6.26 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.26.1 a 6.26.5 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pela Copel, observado o disposto na Cláusula 6.11 acima (e subcláusulas), do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios, na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos seguintes eventos (cada evento, um "Evento de Inadimplemento"):
- 6.26.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.3 abaixo:
- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, na respectiva data de pagamento;
 - II. protestos de títulos contra a Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, e/ou contra a Copel ou a Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto se, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, seja validamente comprovado pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) que: (i) tenha sido obtida decisão



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689385

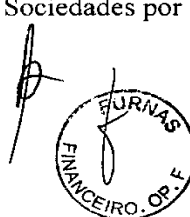
21
H

judicial para a anulação ou sustação de seus efeitos; (ii) o protesto foi cancelado; (iii) o valor do(s) título(s) protestado(s) foi depositado em juízo; ou (iv) o montante protestado foi devidamente quitado pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras;

- III. transferência, cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) a terceiros, de qualquer direito ou obrigação da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras que tenham sido originados nos documentos relativos às Debêntures, sem a prévia anuência, por escrito, da totalidade das Debêntures em circulação;
- IV. (i) decretação de falência da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou de suas respectivas acionistas; (ii) pedido de autofalência pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou de suas respectivas acionistas; (iii) pedido de falência da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou de suas respectivas acionistas formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou de suas respectivas acionistas, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou de suas respectivas acionistas;
- V. redução do capital social da Companhia, recompra de ações, associação ou qualquer outra operação com efeito similar envolvendo a Companhia, sem a anuência da totalidade das Debêntures em circulação;
- VI. qualquer reorganização societária envolvendo a Companhia, incluindo fusão, cisão ou incorporação (bem como incorporação de ações), exceto se:
- (a) tal reorganização societária seja realizada apenas envolvendo sociedades pertencentes ao mesmo grupo econômico da Companhia, assim entendido como as sociedades Controladas (conforme definido no inciso I da Cláusula 6.26.8 abaixo), Controladoras (conforme definido no inciso II da Cláusula 6.26.8 abaixo) e sob controle comum da Companhia, tudo conforme definições da Lei das Sociedades por Ações ("Grupo Econômico"), sendo certo que, em qualquer caso, desde que sem alteração no controle direto ou indireto da Companhia, conforme definido no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações; e/ou



19



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689386

22
9

- (b) se previamente autorizado por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;
- VII. alteração e/ou transferência do controle acionário da Companhia, exceto se:
- (a) os novos controladores forem sociedades do mesmo Grupo Econômico de Furnas e/ou da Copel Geração e Transmissão S.A. ("Copel GeT" e, em conjunto com Furnas, "Acionistas"); ou
- (b) se previamente autorizado por Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;
- VIII. perda definitiva da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica referente ao Projeto, objeto do Contrato de Concessão nº 01/2014 – ANEEL;
- IX. inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou de suas respectivas acionistas com os Debenturistas, que não seja sanado no prazo estabelecido nos respectivos contratos;
- X. inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação financeira (que não seja dívida bancária ou de mercado de capitais ou dívida com os Debenturistas) da Companhia cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, das Acionistas e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, que não seja sanado no prazo estabelecido nos respectivos contratos;
- XI. pagamento pela Companhia de dividendos, juros sobre capital próprio ou qualquer outra forma de distribuição de recursos aos acionistas da Companhia, ressalvado o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- XII. anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à Emissão e esta Escritura de Emissão (e/ou de qualquer de suas disposições), bem como caso a Emissão e/ou esta Escritura de Emissão ou outro documento da Emissão ou da Oferta tornarem-se inválidos ou ineficazes;
- XIII. questionamento judicial, pela Companhia, pelas Acionistas, pela Copel, pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), por qualquer controladora e/ou por qualquer de suas respectivas



20



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689387

23

controladas, desta Escritura de Emissão, da Fiança, da Fiança Bancária e/ou de algum outro documento da Emissão ou da Oferta;

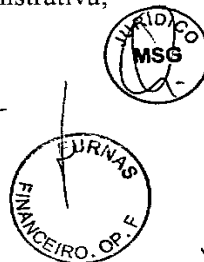
- XIV. transformação da forma societária da Companhia de sociedade por ações para sociedade limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e
- XV. contratar novas dívidas ou tomar qualquer modalidade de financiamento sem a prévia anuência dos Debenturistas.

6.26.2 Constituem Eventos de Inadimplemento que podem acarretar o vencimento das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.5 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. inadimplemento, pela Companhia, de qualquer obrigação não pecuniária relativa às Debêntures e/ou prevista nesta Escritura de Emissão, não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias corridos;
- II. inadimplemento ou vencimento antecipado de qualquer dívida bancária e/ou de mercado de capitais da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), que não seja sanado no prazo estabelecido nos respectivos contratos;
- III. descumprimento de qualquer decisão administrativa de entidade regulatória que possa impactar de maneira significativa as condições econômicas, financeiras e/ou operacionais da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou que possam afetar a sua capacidade de cumprir fiel e integralmente com suas respectivas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão;
- IV. concessão, pela Companhia, de mútuos, empréstimos ou adiantamentos, bem como avais, fianças ou outras garantias para terceiros, inclusive a empresas de seu Grupo Econômico e/ou das Acionistas e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora);
- V. descumprimento por parte da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos ambientais, que afetem ou possam afetar a capacidade da Companhia ou da Copel ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão ou que guardem alguma relação com o seu objeto social, cuja exigibilidade não esteja sendo contestada pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) na esfera judicial ou administrativa;



21



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

29

- VI. descumprimento, pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), de qualquer decisão ou sentença judicial transitada em julgado ou de qualquer decisão ou sentença arbitral não sujeita a recurso contra a Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) ou de qualquer decisão judicial, administrativa ou arbitral em todos os casos, que resulte em desembolso efetivo (inclusive por meio de depósito judicial) e que envolva o valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas no caso da Companhia e/ou R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- VII. se for proferida decisão ou sentença, final ou que resulte em desembolso efetivo, desfavorável aos interesses da Companhia obrigando a pagar valor superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) obrigando a pagar valor superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- VIII. alteração no objeto social da Companhia, conforme disposto em seu estatuto social vigente na Data de Emissão, que resulte ou possa resultar em desvios significativos à atividade principal desenvolvida pela Companhia e/ou por qualquer uma de suas controladas, exceto se previamente autorizado pelos Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;
- IX. alienação e/ou oneração pela Companhia de quaisquer ativos, bens ou receitas, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, exceto mediante prévio consentimento dos Debenturistas representando a totalidade das Debêntures em circulação;
- X. ocorrência de arresto, sequestro ou penhora sobre os bens da Companhia, cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) cujo valor, individual ou agregado, seja igual ou superior a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas;
- XI. comprovação de que quaisquer declarações prestadas pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) em qualquer dos documentos relacionados à Emissão são falsas, incorretas ou enganosas; ou



22



Handwritten signatures and initials.



689389

25/6

XII. não utilização, pela Companhia, dos recursos líquidos obtidos com a Emissão nos termos da Cláusula 4.1 acima.

6.26.3 A Companhia obriga-se a, tão logo tenha conhecimento de qualquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nas Cláusula 6.26.1 e 6.26.2 acima, comunicar em até 2 (dois) Dias Úteis o Agente Fiduciário para que este tome as providências devidas.

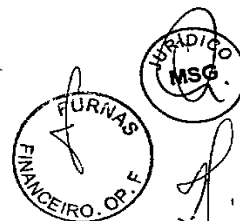
6.26.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.1 acima, as obrigações decorrentes das Debêntures tornar-se-ão automaticamente vencidas, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial. Não obstante o acima, o Agente Fiduciário deverá notificar a Companhia imediatamente sobre a declaração de vencimento antecipado.

6.26.5 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.26.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto nas Cláusulas 8.6 e 8.6.1 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data em que constatar sua ocorrência, assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série e assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, a serem realizadas no prazo mínimo previsto em lei, para deliberar acerca da não declaração do vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, observado o procedimento de convocação previsto na Cláusula 9 abaixo e o quórum específico estabelecido na Cláusula 6.26.6 abaixo.

6.26.6 Se, nas assembleias gerais referidas na Cláusula 6.26.5 acima: (a) Debenturistas da Primeira Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou; (b) Debenturistas da Segunda Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação ou; (c) Debenturistas da Terceira Série detentores de, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação, determinarem que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, o Agente Fiduciário não declarará o vencimento antecipado das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso; caso contrário, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série e/ou da assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série e/ou da assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, por falta de quórum, o Agente Fiduciário deverá, imediatamente, declarar o vencimento antecipado das obrigações



23



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689390

decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, e enviará, imediatamente, à Companhia, comunicação escrita informando tal acontecimento, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.26.7 abaixo. Esse mesmo quórum será aplicado para o caso de renúncia ou perdão temporário.

6.26.7 Na ocorrência do vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série e/ou das Debêntures da Segunda Série e/ou das Debêntures da Terceira, conforme o caso, a Companhia se obriga a resgatar a totalidade das Debêntures em circulação (sem prejuízo da Fiança e da Fiança Bancária), com o seu consequente cancelamento, mediante o pagamento do saldo devedor do Valor Nominal das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização da Primeira Série, a Data de Integralização da Segunda Série ou a Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, ou a data de pagamento de Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, sem prejuízo do pagamento dos Encargos Moratórios, quando for o caso, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia, pela Copel ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) nos termos desta Escritura de Emissão, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contados da data da declaração do vencimento antecipado, sob pena de, em não o fazendo, ficarem obrigadas, ainda, ao pagamento dos Encargos Moratórios.

6.26.8 Para os fins desta Escritura de Emissão:

- I. "Controlada" significa qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Companhia e/ou por qualquer das Acionistas e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), sendo que tal definição pode se referir apenas à Controlada da Companhia ou apenas à Controlada de qualquer das Acionistas ou apenas à Controlada da Copel ou apenas à Controlada da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) se assim expressamente previsto; e
- II. "Controladora" significa qualquer controladora (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações, incluindo fundos de investimento) da Companhia e/ou de qualquer das Acionistas e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora).

6.27 *Publicidade*. Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no DOERJ e no jornal "O Dia", sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado. A Companhia poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação e de edição nacional que seja adotado para suas publicações societárias,



26
19

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689391

22
11

mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

- 6.28 **Comunicações.** Todas as comunicações realizadas nos termos desta Escritura de Emissão devem ser sempre realizadas por escrito, para os endereços abaixo. As comunicações serão consideradas recebidas quando entregues, sob protocolo ou mediante "aviso de recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, nos endereços abaixo. As comunicações realizadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). A alteração de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais partes pela parte que tiver seu endereço alterado.

I. para a Companhia:

Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.
Rua Real Grandeza, nº 274, Botafogo, parte, térreo.
22281-036 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sr. Sergio Cardinali / Sr. Carlos Eduardo Bessa
Telefone: (21) 2528-6280 / (21) 2528-6146
Correio Eletrônico: cardinali@msgtrans.com.br /
bessa@msgtrans.com.br

II. para o Agente Fiduciário:

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários
Avenida das Américas, nº 4200 - Bloco 08 - Ala B - Salas 303 e 304
22640-102 Rio de Janeiro, RJ
At.: Sra. Nathalia Machado Loureiro
Sra. Marcelle Mott Santoro
Sr. Marco Aurélio Ferreira
Telefone: (21) 3385-4565
Fac-símile: (21) 3385-4046
Correio Eletrônico: backoffice@pentagonotruster.com.br

III. para a Copel:

Companhia Paranaense de Energia - Copel
Rua Coronel Dulcídio, nº 800 - 3º andar
80420-170 Curitiba, PR
At.: Sr. Antonio Sergio de S. Guetter
Telefone: (41) 3310-5115
Fac-símile: (41) 3331-3136
Correio Eletrônico: antonio.guetter@copel.com



25



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



Furnas Centrais Elétricas S.A.
Rua Real Grandeza, 219
22281-900 Rio de Janeiro, RJ
At.: Celso de Oliveira Sant'Anna
Telefone: (21) 2528-4544
Fac-símile: (21) 2528-4975
Correio Eletrônico: csantana@furnas.com.br

IV. para o Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar
04538-132 São Paulo, SP
At.: Sr. José Nilson Cordeiro
Telefone: (11) 5029-1528
Fac-símile: (11) 5029-1394
Correio Eletrônico: joao.euvaldo@itau-unibanco.com.br

V. para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7º andar
04309-010 São Paulo, SP
At.: Sra. Cláudia Vasconcellos
Telefone: (11) 5029-1910
Fac-símile: (11) 5029-1920
Correio Eletrônico: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

VI. para CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados
Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano
01452-001 São Paulo, SP
Telefone: (11) 3111-1596
Fac-símile: (11) 3111-1564
Correio Eletrônico: valores.mobiliarios@cetip.com.br

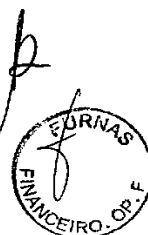
7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA COMPANHIA, DE FURNAS, DA COPEL E DA ELETROBRAS

7.1 A Companhia está adicionalmente obrigada a:

- I. disponibilizar na página da rede mundial de computadores (www.copel.com/ri) e fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 90 (noventa) dias contados da data de término de cada exercício social, ou na data da efetiva divulgação, o que ocorrer primeiro: (i) cópia das demonstrações financeiras consolidadas e completas da Companhia e auditadas por auditor independente registrado na CVM, relativas ao



26



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E01EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689393

29/4

respectivo exercício social, preparadas de acordo com os princípios contábeis determinados pela legislação e regulamentação em vigor, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes; e (ii) declaração assinada por representantes legais com poderes para tanto atestando (a) o cumprimento de todas as obrigações constantes desta Escrita de Emissão e da inexistência de qualquer Evento de Inadimplemento, (b) que todas as obrigações da Escritura permanecem válidas, e (c) que não foram praticados atos em desacordo com o estatuto social da Companhia, podendo o Agente Fiduciário solicitar à Companhia todos os eventuais esclarecimentos adicionais que se façam necessários;

II. fornecer ao Agente Fiduciário:

- (a) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data em que forem realizados, avisos aos Debenturistas;
- (b) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- (c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida pela Companhia e/ou por qualquer das Acionistas e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (d) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar (i) efeito adverso relevante na situação (financeira, operacional, ambiental ou regulatória) da Companhia e/ou de qualquer Controlada da Companhia; (ii) efeito adverso relevante na situação financeira da Copel ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora); e/ou (iii) efeito adverso relevante na capacidade da Companhia e/ou da Copel ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão ("Efeito Adverso Relevante");
- (e) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- (f) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva celebração, cópia do protocolo de apresentação desta



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689394

20
1

Escritura de Emissão e de seus aditamentos perante a JUCERJA e os competentes cartórios de registro de títulos e documentos;

- (g) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data da respectiva inscrição na JUCERJA e registro ou averbação perante os competentes cartórios de registro de títulos e documentos, uma via original desta Escritura de Emissão e de seus aditamentos;
- III. estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos titulares das Debêntures, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;
- IV. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- V. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Companhia e/ou por suas Controladas;
- VI. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- VII. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o sistema de distribuição das Debêntures no mercado primário (MDA) e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- VIII. não realizar operações fora de seu objeto social ou em desacordo com o seu estatuto social;
- IX. manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;
- X. utilizar os recursos líquidos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima, sendo que a Companhia não praticará nenhum ato ou atividade que cause dano ou impacto ambiental antes de obtida regularmente todas as autorizações e licenças exigidas para a execução de respectivo ato ou atividade;
- XI. assegurar que os recursos líquidos obtidos com a Emissão não sejam empregados em (i) qualquer oferta, promessa ou entrega de pagamento



28



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689395

ou outra espécie de vantagem indevida a funcionário, empregado ou agente público, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos, em âmbito nacional ou internacional, ou a terceiras pessoas relacionadas, (ii) pagamentos que possam ser considerados como propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou atos de corrupção em geral em relação a autoridades públicas nacionais e estrangeiras, e (iii) qualquer outro ato que possa ser considerado lesivo à administração pública, nos termos da Lei n.º 12.846, de 1º de agosto de 2013, conforme atualmente em vigor ("Lei 12.846" e "Atos Lesivos");

- XII. realizar (a) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso I; e (b) desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas devidamente comprovadas incorridas pelo Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, inciso II;
- XIII. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Companhia;
- XIV. comparecer, por meio de seus representantes, às assembleias gerais de Debenturistas, sempre que solicitada;
- XV. observado o disposto na Cláusula 8.5, inciso XVI abaixo, a Companhia obriga-se desde já a enviar os atos societários, dados financeiros e organograma de seu grupo societário, o qual deverá conter, inclusive, os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e as sociedades integrantes do bloco de controle da Companhia, conforme aplicável, no encerramento de cada exercício social, e prestar todas as informações, que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário para a realização do relatório citado no referido inciso, no prazo de até 30 (trinta) dias corridos antes do encerramento do prazo previsto na Cláusula 8.5, inciso XVII abaixo;
- XVI. enviar para o sistema de informações periódicas e eventuais da CVM, no prazo de até 1 (um) Dia Útil contado da data de seu recebimento, o relatório elaborado pelo Agente Fiduciário a que se refere a Cláusula 8.5, inciso XVI abaixo;
- XVII. notificar, na mesma data, o Agente Fiduciário da convocação, pela Companhia, de qualquer assembleia geral de Debenturistas;
- XVIII. notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um Efeito Adverso Relevante;



29



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICADO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689396

32

- XIX. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em um Efeito Adverso Relevante, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal;
- XX. cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, assim entendidas como representantes que atuem a mando ou em favor da Companhia, sob qualquer forma, cumpram, durante a vigência das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável à Companhia, assim como aquelas decorrentes da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil;
- XXI. adotar as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ambientais apurados, decorrentes da atividade descrita em seu objeto social, responsabilizando-se, única e exclusivamente, pela destinação dos recursos financeiros obtidos com a Emissão. Obriga-se, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para a atividade da espécie, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- XXII. obter todos os documentos (laudos, estudos, relatórios, licenças etc.) previstos nas normas de proteção ambiental (caso aplicável) e/ou trabalhista relativas à saúde e segurança ocupacional relacionadas à Companhia, atestando o seu cumprimento e mantendo as licenças e outorgas em pleno vigor e eficácia, bem como disponibilizá-los aos Debenturistas quando por eles solicitado, e a informar aos Debenturistas imediatamente, a existência de manifestação desfavorável de qualquer autoridade, bem como não praticar e impedir a prática de qualquer ato que exija a produção ou aprovação de algum documento ou a expedição de alguma licença enquanto não for concluída a respectiva produção, aprovação ou expedição, conforme a legislação aplicável;
- XXIII. independente de culpa, ressarcir os Debenturistas de qualquer quantia que esse seja compelido a pagar por conta de dano ambiental ou trabalhista relativo à saúde e segurança ocupacional que, de qualquer forma, a autoridade entenda estar relacionado à Companhia, assim como deverá indenizar os Debenturistas por qualquer perda ou dano que venha a experimentar em decorrência de dano socioambiental ou trabalhista;
- XXIV. manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades;

30



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689397

33
1

XXV. sem prejuízo das demais obrigações previstas acima ou de outras obrigações expressamente previstas na regulamentação em vigor e nesta Escritura de Emissão, nos termos do artigo 17 da Instrução CVM 476, incluindo o seu parágrafo 4º, a Companhia está ainda obrigada a:

- (a) preparar as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM;
- (b) submeter as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social a auditoria por auditor independente registrado na CVM;
- (c) no prazo de 3 (três) meses contados da data de encerramento de seu exercício social, divulgar na página da rede mundial de computadores (www.copel.com/ri) e enviar à CETIP as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia relativas a cada exercício social, acompanhadas de notas explicativas e do parecer dos auditores independentes;
- (d) por um prazo de 3 (três) anos contados da Data de Emissão, manter os documentos mencionados na alínea (c) acima na página da rede mundial de computadores (www.copel.com/ri);
- (e) observar as disposições da Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme atualmente em vigor ("Instrução CVM 358"), no que se refere ao dever de sigilo e às vedações à negociação;
- (f) divulgar, na página da rede mundial de computadores (www.copel.com/ri), a ocorrência de qualquer ato ou fato relevante, conforme definido no artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente ao Agente Fiduciário, ao Coordenador Líder e à CETIP; e
- (g) fornecer todas as informações solicitadas pela CVM e pela CETIP.

7.2 Furna, Copel e a Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) estão obrigadas a:

I. fornecer ao Agente Fiduciário e à Companhia:

- (a) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de ocorrência, informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento aplicável a cada uma;



31



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

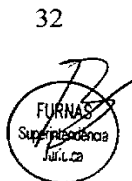
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689398

39
4

- (b) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de recebimento, envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida por Furnas e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (c) no prazo de até 3 (três) Dias Úteis contado da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que possa causar um Efeito Adverso Relevante;
- (d) no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, informações e/ou documentos que venham a ser justificadamente solicitados pelo Agente Fiduciário;
- II. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- III. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações e licenças, inclusive as ambientais, exigidas para o regular exercício das atividades desenvolvidas por cada uma, pela Companhia e/ou por suas Controladas, com exceção de Furnas;
- IV. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas;
- V. manter, conservar e preservar todos os seus bens necessários para a devida condução de suas atividades;
- VI. notificar, no prazo máximo de 2 (dois) Dias Úteis após a ocorrência do evento, sobre qualquer ato ou fato que cause a interrupção ou suspensão das atividades da Companhia e que resulte em um Efeito Adverso Relevante;
- VII. exceto com relação àqueles pagamentos que estejam sendo ou que venham a ser questionados ou contestados pela Companhia na esfera judicial ou administrativa, ou que não resultem em um Efeito Adverso Relevante, efetuar o pagamento de todos os tributos que entenda devidos às Fazendas Federal, Estadual ou Municipal; e
- VIII. cumprir e fazer com que as demais partes a ela subordinadas, sob qualquer forma, cumpram, durante a vigência das Debêntures, as obrigações oriundas da legislação e da regulamentação ambiental e trabalhista relativa à saúde e segurança ocupacional aplicável cada uma, assim como aquelas decorrentes da prestação de garantia no



32

Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

âmbito da Emissão, inclusive no que se refere à inexistência de trabalho análogo ao escravo e/ou mão-de-obra infantil.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1 A Companhia nomeia e constitui agente fiduciário da Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas, declarando que:

- I. é instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. está devidamente autorizado e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. o(s) representante(s) legal(is) do Agente Fiduciário que assina(m) esta Escritura de Emissão tem(têm), conforme o caso, poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome do Agente Fiduciário, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatário(s), tem(têm) os poderes legitimamente outorgados, estando o(s) respectivo(s) mandato(s) em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui e ali previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes do Agente Fiduciário, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão e o cumprimento das obrigações aqui previstas (a) não infringem o estatuto social do Agente Fiduciário; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual o Agente Fiduciário seja parte e/ou pelo qual qualquer de seus ativos esteja sujeito; (c) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos esteja sujeito; e (d) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete o Agente Fiduciário e/ou qualquer de seus ativos;
- VI. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- VII. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão e todos os seus termos e condições;



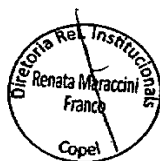
Handwritten signatures and initials.



689400

86
1

- VIII. verificou (verificará) a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Companhia, por Furnas e pela Copel (sendo que pela Eletrobras, exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu (conduzirá) qualquer procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das informações apresentadas;
- IX. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- X. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme atualmente em vigor, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- XI. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
- XII. não tem qualquer ligação com a Companhia e/ou com Furnas e/ou com a Copel e/ou com a Eletrobras que o impeça de exercer suas funções; e
- XIII. na data de assinatura desta Escritura de Emissão, inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que atue como agente fiduciário, nos termos da Instrução CVM 28.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de celebração desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a integral quitação de todas as obrigações nos termos desta Escritura de Emissão, ou até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em assembleia geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
- II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689401

37
1

comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição e convocar assembleia geral de Debenturistas para esse fim;

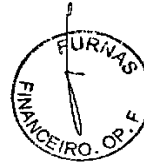
- III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Companhia e aprovada pela assembleia geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
- IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, assembleia geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Companhia, por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Companhia realizá-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;
- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
- VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão realizados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
- VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso (a) a Companhia não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a assembleia geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
- VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Companhia e aos Debenturistas nos termos das Cláusulas 6.27 e 6.28 acima; e
- IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário, ou a instituição que vier a substituí-lo nessa qualidade:

- I. receberá uma remuneração:



35



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689402

- 38
- (a) parcela única de R\$7.500,00 (sete mil e quinhentos reais), devida pela Companhia, sendo a parcela da remuneração devida no 5º (quinto) Dia Útil contado da data de celebração desta Escritura de Emissão enquanto o Agente Fiduciário representar os interesses dos Debenturistas;
 - (b) que será acrescida do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN, da Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e de quaisquer outros tributos e despesas que venham a incidir sobre a remuneração devida ao Agente Fiduciário, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento, exceto pelo Imposto Sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza – IR;
 - (c) devida até o vencimento, resgate ou cancelamento das Debêntures e mesmo após o seu vencimento, resgate ou cancelamento na hipótese de atuação do Agente Fiduciário na cobrança de eventuais inadimplências relativas às Debêntures não sanadas pela Companhia, casos em que a remuneração devida ao Agente Fiduciário será calculada proporcionalmente aos meses de atuação do Agente Fiduciário, com base no valor da alínea (a) acima, reajustado conforme a alínea (d) abaixo;
 - (d) acrescida, em caso de mora em seu pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, sobre os valores em atraso, de (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (iii) atualização monetária pelo IGPM/Índice Geral de Preços – Mercado, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGPM"), calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e
 - (e) realizada mediante depósito na conta corrente a ser indicada por escrito pelo Agente Fiduciário à Companhia, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento;
- II. será reembolsado pela Companhia (sem prejuízo da Fiança e da Fiança Bancária) por todas as despesas que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da data de entrega dos documentos comprobatórios neste sentido, desde que as despesas tenham sido, sempre que possível, previamente aprovadas pela



36



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689403

Companhia, as quais serão consideradas aprovadas caso a Companhia não se manifeste no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação pelo Agente Fiduciário, incluindo despesas com:

- (a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos, notificações e outros, conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;
- (b) extração de certidões;
- (c) viagens, alimentação e estadias, quando necessárias ao desempenho de suas funções nos termos desta Escritura de Emissão;
- (d) despesas com contatos telefônicos e conferências telefônicas;
- (e) despesas com especialistas, tais como auditoria e fiscalização; e
- (f) contratação de assessoria jurídica aos Debenturistas;

III. poderá, em caso de inadimplência da Companhia e/ou da Copel no pagamento das despesas a que se refere o inciso II acima por um período superior a 30 (trinta) dias, solicitar aos Debenturistas adiantamento para o pagamento de despesas razoáveis com procedimentos legais, judiciais ou administrativos que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas, despesas estas que deverão ser, sempre que possível, previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, e posteriormente, ressarcidas pela Companhia (sem prejuízo da Fiança e da Fiança Bancária), sendo que as despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas, na proporção de seus créditos, incluem os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele propostas no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas; as eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas bem como sua remuneração, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência; e

IV. o crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista no inciso III acima será acrescido à



37



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

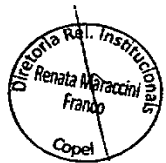


689404

dívida da Companhia, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. custear (a) todas as despesas decorrentes da execução dos seus serviços, incluindo todos os tributos, municipais, estaduais e federais, presentes ou futuros, devidos em decorrência da execução dos seus serviços, observado o disposto na Cláusula 8.4 acima, inciso I, alínea (c), e na Cláusula 8.4 acima, incisos II e III; e (b) todos os encargos cíveis, trabalhistas e/ou previdenciários;
- III. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando, no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos seus próprios bens;
- IV. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- V. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais documentos relacionados com o exercício de suas funções;
- VI. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, conforme já verificado nos termos da declaração prevista acima;
- VII. promover nos competentes órgãos, caso a Companhia ou a Copel ou a Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) não o façam, a inscrição e/ou o registro desta Escritura de Emissão e as respectivas averbações de seus aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- VIII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- IX. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- X. verificar a regularidade da constituição da Fiança, com base nas demonstrações financeiras e nas declarações prestada pela Copel, bem como da Fiança Bancária, com base no respectivo Contrato de Fiança Bancária,, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão;



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689405

- XI. examinar proposta de substituição da Fiança, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em assembleia geral de Debenturistas;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública, onde se localiza a sede do estabelecimento principal da Companhia, da Copel e da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora);
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Companhia;
- XIV. convocar, quando necessário e cabível ao Agente Fiduciário, assembleia geral de Debenturistas nos termos da Cláusula 9.3 abaixo;
- XV. comparecer às assembleias gerais de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar, no prazo legal, e enviar uma cópia à Companhia, na mesma data em que disponibilizar aos Debenturistas, relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as informações abaixo, devendo, para tanto, a Companhia enviar todas as informações financeiras, organograma do grupo societário da Companhia (que deverá conter os controladores, as controladas, as sociedades sob controle comum, as coligadas, e os integrantes de bloco de controle) e atos societários necessários à realização do relatório que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados no prazo de até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do relatório:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Companhia ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Companhia;
 - (b) alterações estatutárias da Companhia ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com enfoque nos indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Companhia;
 - (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;



39




Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689406

- 42
- (e) resgate, amortização e pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures realizadas pela Companhia;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos com os administradores da Companhia;
 - (g) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento das demais obrigações assumidas pela Companhia nos termos desta Escritura de Emissão;
 - (i) declaração sobre a suficiência e exequibilidade da Fiança e da Fiança Bancária;
 - (j) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela própria Companhia e/ou por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Companhia em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28; e
 - (k) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário;

XVII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Companhia, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;

XVIII. publicar, às expensas da Companhia (sem prejuízo da Fiança e da Fiança Bancária), nos termos da Cláusula 6.27 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;

XIX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões perante a Companhia, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Companhia expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e a CETIP a atenderem quaisquer solicitações realizadas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;



40



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689407

43
P

- XX. fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- XXI. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, ou, caso não seja possível, nos termos da Cláusula 6.27 acima, no prazo de até 10 (dez) Dias Úteis contados da data em que o Agente Fiduciário tomou conhecimento do inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos, sendo que comunicação de igual teor deve ser enviada à Companhia, à CVM e à CETIP;
- XXII. divulgar as informações referidas no inciso XVI acima, alínea (j), em sua página na Internet tão logo delas tenha conhecimento; e
- XXIII. divulgar, em sua página na Internet e/ou em sua central de atendimento, em cada Dia Útil, o saldo devedor unitário das Debêntures, calculado, em conjunto, pela Companhia e pelo Agente Fiduciário.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Companhia e/ou pela Copel e/ou pela Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora), de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos aqui previstos, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:
- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as obrigações decorrentes das Debêntures, e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. observadas as disposições desta Escritura de Emissão, executar a Fiança e a Fiança Bancária, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
 - III. requerer a falência da Companhia, se não existirem garantias reais;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência, insolvência (conforme aplicável), recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Companhia e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora).
- 8.6.1 Observado o disposto na Cláusula 6.26 (e subcláusulas), o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



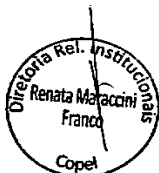
689408

contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I a IV, se, convocada a assembleia geral de Debenturistas, esta assim o autorizar por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.

- 8.7 O Agente Fiduciário não será obrigado a realizar qualquer verificação de veracidade de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido encaminhado pela Companhia ou por terceiros a seu pedido, para se basear nas suas decisões, e não será responsável pela elaboração desses documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Companhia elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 8.8 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, obrigando-se, tão-somente, a agir em conformidade com as instruções que lhe foram transmitidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e de acordo com as atribuições que lhe são conferidas por lei, pela Cláusula 8.5 acima e pelas demais disposições desta Escritura de Emissão. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas que lhe forem transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas, nos termos da Cláusula 9 abaixo, e reproduzidas perante a Companhia, Furnas e a Copel.
- 8.9 A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, desta Escritura de Emissão, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido das disposições legais e regulamentares aplicáveis, desta Escritura de Emissão.
- 8.10 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, bem como aqueles relacionados ao devido cumprimento das obrigações assumidas neste instrumento, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em assembleia geral.

9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

- 9.1 Os Debenturistas da Primeira Série, os Debenturistas da Segunda Série e os Debenturistas da Terceira Série poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberar sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas da Primeira Série ou dos Debenturistas da Segunda Série ou dos Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.



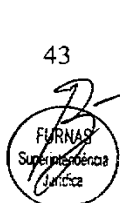
42



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

- 25
- 9.2 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Companhia, por titulares de Debêntures da Primeira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação, ou por titulares das Debêntures da Segunda Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, ou por titulares das Debêntures da Terceira Série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 6.27 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão, ficando dispensada a convocação no caso da presença da totalidade dos Debenturistas da Primeira Série, de Debenturistas da Segunda Série ou Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso.
- 9.4 As assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, as assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série e as assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures da Primeira Série em circulação ou metade das Debêntures da Segunda Série em circulação ou metade das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer quórum.
- 9.5 A presidência e a secretaria das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série ou das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série ou das assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, caberão aos Debenturistas da respectiva série eleitos por estes próprios, aos representantes do Agente Fiduciário ou àqueles que forem designados pela CVM.
- 9.6 Nas deliberações das assembleias gerais de Debenturistas da Primeira Série, das assembleias gerais de Debenturistas da Segunda Série e das assembleias gerais de Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, a cada uma das Debêntures em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em assembleia geral de Debenturistas da Primeira Série, em assembleia geral de Debenturistas da Segunda Série ou em assembleia geral de Debenturistas da Terceira Série,



Handwritten signatures and initials.



689410

46

conforme o caso, dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação ou, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso.

9.6.1 Não estão incluídos no quorum a que se refere a Cláusula 9.6 acima:

- I. os quoruns expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas da Primeira Série ou Debenturistas da Segunda Série ou Debenturistas da Terceira Série, conforme o caso, representando, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Primeira Série em circulação ou, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Segunda Série em circulação, no mínimo, 80% (oitenta por cento) das Debêntures da Terceira Série em circulação, conforme o caso, relativas (a) as disposições desta Cláusula; (b) de qualquer dos quóruns previstos nesta Escritura de Emissão; (c) a Remuneração, exceto pelo disposto na Cláusula 6.15.2 acima; (d) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão; (e) ao prazo de vigência das Debêntures; (f) a espécie das Debêntures; (g) a Fiança e a Fiança Bancária; (h) a criação de evento de repactuação; (i) as disposições referentes ao resgate antecipado facultativo; (j) as disposições referentes a resgate antecipado obrigatório; (k) a criação de evento de oferta facultativa de resgate antecipado ou amortizações antecipadas; ou (l) a redação de qualquer Evento de Inadimplemento.

9.7 Para os fins desta Escritura de Emissão, "Debêntures da Primeira Série em circulação" ou "Debêntures da Segunda Série em circulação" ou "Debêntures da Terceira Série em circulação" (conjuntamente, as "Debêntures em circulação") significam todas as Debêntures da Primeira Série ou Debêntures da Segunda Série ou Debêntures da Terceira Série, respectivamente, subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures mantidas em tesouraria e, ainda, adicionalmente, para fins de constituição de quórum, pertencentes, direta ou indiretamente, (i) à Companhia e/ou a qualquer das Acionistas e/ou da Copel e/ou da Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora); (ii) a qualquer Controladora, a qualquer Controlada e/ou a qualquer coligada de qualquer das pessoas indicadas no item anterior; ou (iii) a qualquer diretor, conselheiro, cônjuge, companheiro ou parente até o 3º (terceiro) grau de qualquer das pessoas referidas nos itens anteriores.

9.8 As deliberações tomadas pelos Debenturistas da respectiva série, no âmbito de sua competência legal, observado os quóruns previstos nesta Escritura de Emissão, serão válidas e eficazes perante a Companhia e obrigarão todos os



44



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689411

42

Debenturistas daquela respectiva série, independentemente de seu comparecimento ou voto na respectiva assembleia geral de Debenturistas da respectiva série.

- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às assembleias gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.
- 9.11 Será facultada a presença de representantes legais da Companhia nas assembleias gerais de Debenturistas.

10. DECLARAÇÕES DA COMPANHIA, DE FURNAS E DA COPEL

- 10.1 A Companhia, Furnas e a Copel, neste ato, na Data de Emissão e na Data de Integralização da Primeira Série, na Data de Integralização da Segunda Série e na Data de Integralização da Terceira Série, conforme o caso, declaram que:

- I. a Companhia é sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, sem registro de companhia aberta perante a CVM, e Furnas e a Copel são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras;
- II. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, necessárias à celebração desta Escritura de Emissão e ao cumprimento de todas as obrigações aqui previstas (inclusive em prestar a Fiança) e à realização da Emissão e da Oferta, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais, societários, regulatórios e de terceiros necessários para tanto;
- III. os representantes legais da Companhia, de Furnas e da Copel que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes societários e/ou delegados para assumir, em nome da Companhia ou de Furnas ou da Copel, conforme o caso, as obrigações aqui previstas e, sendo mandatários, têm os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- IV. esta Escritura de Emissão e as obrigações aqui previstas constituem obrigações lícitas, válidas, vinculantes e eficazes da Companhia, de Furnas e da Copel, exequíveis de acordo com os seus termos e condições;
- V. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, das Debêntures, da Fiança e, quando aplicável, dos Contratos de Fiança



45



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

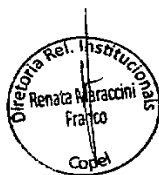


689412

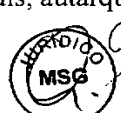
42
1

Bancária e o cumprimento das obrigações aqui e ali previstas e a realização da Emissão e da Oferta (a) não infringem(rão) o estatuto social da Companhia ou de Furnas ou da Copel; (b) não infringem qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou Furnas e/ou a Copel seja parte; (c) não resultarão em (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer contrato ou instrumento do qual a Companhia e/ou Furnas e/ou a Copel seja parte; ou (ii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos; (d) não resultarão na criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo da Companhia e/ou Furnas e/ou da Copel; (e) não infringem qualquer disposição legal ou regulamentar a que a Companhia e/ou Furnas e/ou a Copel esteja sujeito; e (f) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral que afete a Companhia e/ou Furnas e/ou a Copel;

- VI. as informações prestadas pela Companhia, por ocasião do pedido de registro na CETIP, são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta, responsabilizando-se a Companhia por qualquer quebra, inveracidade ou imprecisão em suas informações;
- VII. não há outros fatos relevantes em relação à Companhia, à Furnas, à Copel ou às Debêntures não divulgados cuja omissão, no contexto da Oferta, faça com que qualquer declaração seja enganosa, insuficiente, incorreta ou inverídica;
- VIII. estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- IX. a Companhia observa, bem como faz com que seus gerentes, conselheiros, diretores e funcionários ("Representantes") observem, em todos os seus aspectos relevantes, toda e qualquer obrigação decorrente da Lei 12.846 ou qualquer outra lei anticorrupção aplicável, adotando política interna que coíbe a prática dos Atos Lesivos e garantem o integral cumprimento das referidas leis anticorrupção e dos quais seus Representantes tenham pleno conhecimento;
- X. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial ou cujo descumprimento não tenha ou possa ter um Efeito Adverso Relevante, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei;
- XI. a Companhia está cumprindo, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias



46



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



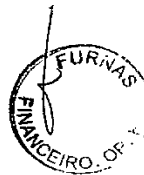
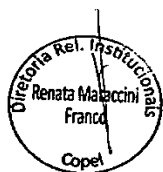
689413

ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, inclusive com o disposto na legislação em vigor pertinente à Política Nacional do Meio Ambiente, às Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA e às demais legislações e regulamentações ambientais supletivas, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social. A Companhia está obrigada, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos municipais, estaduais e federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;

- XII. inexistência (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos desta alínea, além daqueles mencionados nas respectivas demonstrações financeiras; (i) que possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante na Companhia e/ou em qualquer das Acionistas e/ou na Copel; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão ou as Debêntures;
- XIII. exceto pelos requisitos indicados na Cláusula 2 acima, nenhum outro registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem, ou qualificação junto a qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório é exigido para o cumprimento pela Companhia e/ou por Furnas e/ou pela Copel de suas obrigações nos termos da presente Escritura de Emissão ou das Debêntures, ou para a realização da Emissão;
- XIV. as demonstrações financeiras da Companhia, de Furnas e da Copel representam corretamente as suas posições financeiras nas datas a que se referem e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências de forma consolidada;
- XV. não têm conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;
- XVI. não há qualquer ligação entre a Companhia, Furnas, a Copel e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções;



47



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689414

XVII. não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral ou inquérito do qual tenha sido citada ou intimada que possa vir a causar um Efeito Adverso Relevante em prejuízo dos Debenturistas;

XVIII. não omitiu ou omitirá nenhum fato, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em um Efeito Adverso Relevante ou uma alteração jurídica em prejuízo dos Debenturistas;

XIX. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração foi acordada por livre vontade da Companhia, de Furnas e da Copel, em observância ao princípio da boa-fé; e

XX. as declarações descritas nesta Cláusula 10, bem como todas as demais declarações prestadas pela Companhia, por Furnas e/ou pela Copel nos termos desta Escritura de Emissão são verdadeiras, consistentes e corretas.

10.2 A Companhia, Furnas, a Copel e a Eletrobras (exclusivamente quando vir a ser fiadora e declarar todas as declarações acima mencionadas), conforme o caso, de forma irrevogável e irretroatável, se obrigam a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e/ou pelo Agente Fiduciário em razão da falsidade e/ou incorreção de qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima, na medida em que tenham dado causa aos eventuais prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas.

10.3 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 10.2 acima, a Companhia, Furnas, a Copel e a Eletrobras (exclusivamente na hipótese desta vir a ser fiadora) obrigam-se a notificar, no prazo de 1 (um) Dia Útil da data em que tomar conhecimento, o Agente Fiduciário caso qualquer das declarações prestadas nos termos da Cláusula 10.1 acima seja falsa e/ou incorreta na data em que foi prestada.

11. DESPESAS

11.1 Correrão por conta da Companhia e da Copel, observado o disposto na Cláusula 6.11 acima (e subcláusulas), todos os custos incorridos com a Oferta ou com a estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante e dos demais prestadores de serviços, e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures.

12. DISPOSIÇÕES GERAIS



48



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689415

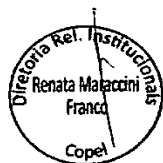
- 12.1 As obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão têm caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores, a qualquer título, ao seu integral cumprimento.
- 12.2 Qualquer alteração a esta Escritura de Emissão somente será considerada válida se formalizada por escrito, em instrumento próprio assinado por todas as partes.
- 12.3 A invalidade ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidade ou nulidade de qualquer cláusula desta Escritura de Emissão, as partes se obrigam a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 12.4 Qualquer tolerância, exercício parcial ou concessão entre as partes será sempre considerado mera liberalidade, e não configurará renúncia ou perda de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos (inclusive de mandato), nem implicará novação, alteração, transigência, remissão, modificação ou redução dos direitos e obrigações daqui decorrentes.
- 12.5 As partes reconhecem esta Escritura de Emissão e as Debêntures como títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil.
- 12.6 Para os fins desta Escritura de Emissão, as partes poderão, a seu critério exclusivo, requerer a execução específica das obrigações aqui assumidas, nos termos dos artigos 461, 461-A, 621, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures da Primeira Série, das Debêntures da Segunda Série e das Debêntures da Terceira Série, conforme o caso, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão.

13. LEI DE REGÊNCIA

- 13.1 Esta Escritura de Emissão é regida pelas leis da República Federativa do Brasil.

14. FORO

- 14.1 Fica eleito o foro da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.



49



Handwritten signatures and initials.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689416

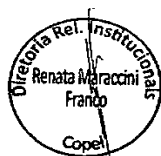
32

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 7 (sete) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas abaixo identificadas, que também a assinam.

Rio de Janeiro, 10 de setembro de 2014.

(As assinaturas seguem nas 5 (cinco) páginas seguintes.)

(Restante desta página intencionalmente deixado em branco.)



50



Assinaturas manuscritas das testemunhas.

Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689417

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., celebrado em 10 de setembro de 2014, entre Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Paranaense de Energia – Copel e Furnas Centrais Elétricas S.A. – Página de Assinaturas 1/5.

MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSÃO S.A.

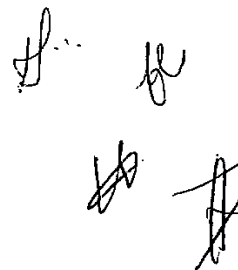

Nome: **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**
Cargo: **Sergio Cardinali**
Diretor Presidente


Nome: **Mata de Santa Genebra Transmissão S.A.**
Cargo: **Carlos Agenor Magalhães da Trindade**
Diretor Técnico



51






Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689418

Protocolo 0020143253620 - 16/09/2014
A.2.052100001
NIRE: 33300310924
Arquivamento: ED33000559-000/2

Protocolo 0020143253620 - 16/09/2014
A.2.052100001
NIRE: 33300310924
Arquivamento: ED33000559-000/2


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2

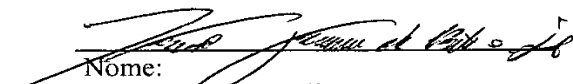


689419

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., celebrado em 10 de setembro de 2014, entre Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Paranaense de Energia – Copel e Furnas Centrais Elétricas S.A. – Página de Assinaturas 2/5.

54
A

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS


Nome: Pedro Silva
Cargo: Procurador





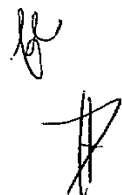



52










Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689420

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., celebrado em 10 de setembro de 2014, entre Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Paranaense de Energia – Copel e Furnas Centrais Elétricas S.A. – Página de Assinaturas 3/5.

COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL

Nome:

Cargo:

Lindolfo Zimmer
Diretor Presidente



Nome:

Cargo:

Antonio Sergio S. Guetier
Diretor de Finanças e de
Relações com Investidores



53



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689421

RECEBUE
17/09/2014


Valéria G. M. Serra
Secretária Geral


Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEVRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689422

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., celebrado em 10 de setembro de 2014, entre Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Paranaense de Energia – Copel e Furnas Centrais Elétricas S.A. – Página de Assinaturas 4/5.

FURNAS CENTRAIS ELÉTRICAS S.A.

Nome: 
Cargo: **Flavio Decat de Moura**
Diretor-Presidente

Nome: 
Cargo: **Nilmar Sisto Foletto**
Diretor de Finanças






 



54






Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2



689423

57
1

Instrumento Particular de Escritura de Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Três Séries, da Espécie Quirografária, com Garantia Fidejussória, da Primeira Emissão de Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., celebrado em 10 de setembro de 2014, entre Mata de Santa Genebra Transmissão S.A., Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Companhia Paranaense de Energia – Copel e Furnas Centrais Elétricas S.A. – Página de Assinaturas 5/5.

Testemunhas:

Nome: Wellington Fernando de Lourenço
Id.: 617.125-7 PR
CPF/MF: 087.385.649-49

Nome: Flávia Oliveira B. Monaim Matos
Id.: 24944.773-3
CPF/MF: 265.524.618-79



55



Valéria G. M. Serra
Secretária Geral

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: MATA DE SANTA GENEBRA TRANSMISSAO S A
Nire: 33300310924
Protocolo: 0020143253620 - 16/09/2014
CERTIFICO O DEFERIMENTO EM 17/09/2014, E O REGISTRO SOB O NIRE E DATA ABAIXO.
Autenticação: 1F66D114B9DB03ED72A74E010EECD70AAC7F39F933FC045209DA596794B2BD9E
Arquivamento: ED33000559-000/2